## PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Da Sra. ROSANGELA MORO)

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir na competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens em razão de divórcio ou dissolução de união estável quando houver, no caso concreto, medida protetiva prevista na referida lei decretada ou mantida pela autoridade judicial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), passa a vigorar com as seguintes alterações:

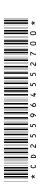
"Art. 14-A
§ 1º Inclui-se na competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens quando houver, no caso concreto, medida protetiva prevista nesta Lei decretada ou mantida pela autoridade judicial.
" (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) estabelece, no caput de seu art. 14-A, que "A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher".





Apresentação: 05/02/2025 19:53:26.013 - Mesa

Já o § 1º do mesmo artigo exclui da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens.

Ocorre, porém, como é notório, que muitas vezes os atos de violência doméstica e familiar contra a mulher são praticados com o intuito de lhe atingir a esfera patrimonial.

Levando isso em conta, a própria Lei Maria da Penha, aliás, além de incluir a violência patrimonial dentre as definições de violência doméstica e familiar contra a mulher (art. 7°, caput e respectivo inciso IV), previu que, para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o juiz poderá decretar variadas medidas protetivas, entre quais as seguintes: a) restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida; b) proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial; c) suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor; e d) prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida (art. 24, caput e respectivos incisos I a IV).

Por conseguinte, na esteira de assegurar ao mesmo juiz o conhecimento da situação de violência doméstica e familiar contra a mulher, possibilitando-lhe bem sopesar as repercussões jurídicas nas diversas ações civis e criminais advindas direta e indiretamente do fato (violência praticada), entendemos ser necessário avançar no aperfeiçoamento da matriz legal aludida a fim de ampliar a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de modo a estabelecer que a esses órgãos judiciários também competirá, por opção da ofendida, apreciar e julgar a pretensão relativa à partilha de bens em razão de divórcio ou dissolução de união estável quando houver, no caso concreto, medida protetiva prevista na referida lei decretada ou mantida pela autoridade judicial.





Apresentação: 05/02/2025 19:53:26.013 - Mesa

Com esse escopo, ora propomos o presente projeto de lei destinado a alterar a Lei Maria da Penha para expressamente incluir na competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, mediante alteração do art. 14-A, a pretensão relacionada à partilha de bens nas hipóteses aludidas.

Certa de que a importância desta proposição e os benefícios que dela poderão advir serão percebidos pelos meus ilustres Pares, esperamos contar com o apoio necessário para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 20 de janeiro de 2024.

Deputada ROSANGELA MORO



